

Eleita nova Diretoria da ABIO

Foi eleita, no último dia 8 de abril, a nova diretoria da Associação Brasileira das Imprensa Oficiais (Abio). A eleição aconteceu em São Paulo durante a 24ª Reunião da Abio. Estiveram presentes dirigentes das Imprensa Oficiais do Brasil. O novo presidente da Abio é Fernando Tolentino, da Imprensa Nacional. Marcos Monteiro, diretor-presidente da Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, foi eleito presidente da RedBoa – Rede de Boletins Oficiais das Américas.

A eleição à Abio ocorre a cada dois anos. O presidente tem a missão de trabalhar pela valorização e bom funcionamento das Imprensa Oficiais. Promover o intercâmbio entre as demais imprensa é também parte dessa missão. Outra atribuição é a defesa da obrigatoriedade da publicação, nos diários oficiais, dos balanços das empresas públicas e privadas – o que atende às normas indispensáveis de legalidade, perenidade, cidadania e transparência.

Tolentino defendeu a necessidade de reestruturar internamente a Associação, bem como promover a descentralização das atividades, a fim de impulsionar uma participação maior das Imprensa Oficiais



Foto: Genivaldo Carvalho/Imprensa Oficial de São Paulo

Nova Diretoria: Luiz Gonzaga (Bahia); Fernando Tolentino (Brasília); Luiz Eduardo Oliva (Sergipe); Teresinha Debatin (Santa Catarina)

dentro da associação. Para ele, é importante que a Abio também estabeleça uma relação mais firme com os Poderes Legislativo e Judiciário para esclarecê-los melhor sobre o papel da Imprensa Oficial. “Queremos mostrar que a entidade é ampla e plural mas que estamos coesos em dois objetivos: transparência dos atos do governo e na construção da cidadania”.

Outro ponto destacado pelo novo presidente é o entendimento das redes sociais, como o Twitter, como instrumentos de comunicação entre as Imprensa Oficiais. Mas chama atenção para

o fato de que, em uma visão macro, “é um processo dificultoso porque há necessidade de homogeneidade da linguagem entre as Imprensa Oficiais, o que a médio e a curto prazos pode gerar problemas, porque somos plurais”.

Criada em 1943, a Abio tem entre seus objetivos evitar a discriminação contra as Imprensa Oficiais, entendendo que elas representam o espaço adequado para receber os balanços financeiros das empresas ao lado dos jornais de grande circulação. A Abio também está alerta à possibilidade de substituição desse

tipo de publicação apenas na Internet.

Integram a Abio, as seguintes Imprensa Oficiais: Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Município de Adrianópolis (AM), Bahia, Distrito Federal (Imprensa Nacional, Diário do Tribunal de Justiça e Gráfica do Senado), Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Município de Rondonópolis (MS), Maranhão, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro (Estado e municípios), Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe, Roraima, Rondônia.

Nova diretoria

Presidente: Fernando Tolentino (Brasília)
1º vice-presidente: Luiz Gonzaga (Bahia)
2º vice-presidente: Maria Teresinha Debatin (Santa Catarina)
Secretário-geral: Luiz Eduardo Oliva (Sergipe)
Regional Sul: Homero Paim (Rio Grande do Sul)
Regional Sudeste: Haroldo Zager (Rio de Janeiro)
Regional Centro-Oeste: Luiz Armando Vítório (Mato Grosso)
Regional Nordeste – Ricardo Mello (Pernambuco)
Regional Norte – Cláudio Rocha (Pará)

Conselheiros Fiscais:

Carlos Alberto Alvim Pavan (Minas Gerais)
Ademir Rodrigues (Espírito Santo)
Marcos de Souza (Rio Grande do Norte)

Pará assume Regional Norte

O presidente da Imprensa Oficial do Estado do Pará, Cláudio Rocha, é o novo diretor regional da Associação Brasileira de Imprensa Oficiais – Abio, no Norte, conforme resultado da eleição ocorrida no dia 8 de abril, em São Paulo, quando foi eleita a nova diretoria da Associação.

Cabe à Abio buscar a valorização das imprensa oficiais, promover a troca de

informações e experiências entre esses órgãos, inclusive as instituições congêneres dos países de língua portuguesa e da América, e defender a manutenção da obrigatoriedade de publicação nos diários oficiais dos balanços de empresas públicas e privadas, como forma de assegurar transparência, perenidade, legalidade e cidadania.